

# Perspectivas contemporâneas sobre avaliação em língua portuguesa

Leandro Rodrigues Alves Diniz

Elysio Soares Santos Junior

Longe de ser “neutra”, “objetiva” e “técnica”, a área de avaliação em línguas, no campo da Linguística Aplicada, é, como não poderia deixar de ser, historicamente situada e, como tal, indissociável da conjuntura sócio-política em que se constitui. Contemporaneamente, têm-se fortalecido pesquisas que concebem exames de línguas – diagnósticos, de nivelamento, de rendimento, de proficiência, de entrada – como instrumentos de política linguística que, entre outros efeitos, podem:

- redirecionar materiais didáticos, currículos, práticas de ensino-aprendizagem e políticas educacionais oficiais;
- intervir nas representações dos sujeitos sobre as línguas que fazem parte de seu repertório e sobre o conhecimento que têm delas;
- promover ou silenciar línguas, definindo, inclusive, o que é, ou não, considerado um idioma;
- funcionar como instrumentos de punição;
- permitir ou impedir o acesso a certos espaços ou a ocupação de determinadas posições sociais.

Nesse sentido, tais exames participam dos próprios processos de construção identitária, na medida em que intervêm na relação dos sujeitos com as línguas constitutivas de um dado espaço.

É justamente buscando jogar luz sobre alguns desses aspectos que propomos o presente número temático da revista *Em Aberto*, que vem se somar aos esforços de um conjunto de pesquisadores para o fortalecimento da área de avaliação em línguas no Brasil, especificamente, em língua portuguesa, tanto como primeira

língua, quanto como língua adicional. Conforme o(a) leitor(a) poderá perceber, os textos aqui reunidos contemplam alguns tipos de exames, utilizados em diferentes contextos, com distintos públicos e para variados fins, abrindo espaço para reflexões não apenas sobre aspectos técnicos, mas também sobre questões sociais, éticas e políticas implicadas em avaliações de português. Como as demais edições da revista *Em Aberto*, este número temático encontra-se organizado em cinco seções: Enfoque, Pontos de Vista, Espaço Aberto, Resenhas e Bibliografia Comentada.

A seção Enfoque, composta pelo artigo “Breve história da evolução do construto de proficiência em línguas”, de Gladys Quevedo-Camargo, da Universidade de Brasília (UnB), apresenta uma das dimensões temáticas da publicação, com o intuito de distinguir o conceito de proficiência em seu uso leigo do conceito técnico utilizado na área de avaliação em línguas. Afastando-se de uma visão generalista e absoluta de proficiência, na qual o desempenho oral exerce papel central e a proficiência tem por referência o falante nativo, a autora apresenta seis modelos, surgidos a partir da década de 1960, que contribuíram para a consolidação do construto “proficiência”, conferindo-lhe atributos técnicos importantes. Fica evidente, na discussão, a importância de que esse construto esteja em harmonia com as necessidades de internacionalização e inserção linguístico-cultural do Brasil.

A segunda seção é composta por sete textos com os pontos de vista de pesquisadores sobre diferentes tipos de avaliação em língua portuguesa, presentes em distintos cenários. Inicia-se com o artigo “O modelo de *role-play* para a avaliação de português para fins específicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil”, de Leandro Rodrigues Alves Diniz, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Ana Cecília Cossi Bizon, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os autores abordam o principal instrumento avaliativo do eixo de língua portuguesa concebido para as primeiras edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação (MAAv) desse projeto, ocorridas em 2013 e 2014, que contaram com a participação de centenas de médicos estrangeiros. Trata-se de uma prova em formato de *role-play*, simulando uma situação de atendimento médico no Sistema Único de Saúde (SUS), que, ao mesmo tempo, funcionou como uma avaliação de rendimento, de proficiência e de ingresso. Sua estrutura e suas características, bem como exemplos de provas aplicadas e grades de avaliação, são apresentados de forma a tornar visíveis suas características inovadoras: além de ser um teste de desempenho interdisciplinar para fins específicos, integra as chamadas quatro habilidades. Embora tais características tenham favorecido importantes efeitos retroativos positivos no âmbito do MAAv, potencializados pelo fato de a prova em questão ser de alta relevância, Diniz e Bizon salientam uma série de desafios implicados em sua concepção, aplicação e correção, decorrentes da tensão entre, por um lado, a validade, e, por outro, a confiabilidade e a praticidade.

Os dois textos seguintes dedicam-se à avaliação em língua portuguesa para grupos minoritarizados. O artigo “Avaliação da produção escrita de surdos em português como segunda língua em contexto inclusivo”, de Alexandre do Amaral Ribeiro e Amélia Escotto do A. Ribeiro, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), parte de uma contradição no campo da educação inclusiva: apesar

de se reconhecer, frequentemente, o direito de o surdo ter sua produção em português escrito avaliada com base em critérios adequados às suas especificidades linguísticas, faltam, em geral, objetividade e clareza na delimitação de tais critérios. Após uma apresentação das características comumente observadas na escrita de surdos em português, são analisados alguns textos redigidos por esse público e discutidas algumas possíveis razões que explicam os diferentes graus de inteligibilidade dessas produções. Em consonância com uma abordagem teórica da avaliação como justiça social, os pesquisadores apresentam princípios e estratégias pedagógicas para o delineamento de uma avaliação emancipatória no ensino de português para surdos, bem como critérios para a avaliação de suas produções escritas. Nessa perspectiva, tais critérios devem ser vistos como eixos organizadores das aprendizagens – e não das dificuldades – dos alunos. Os autores concluem o texto salientando a necessidade imperativa de acesso à educação inclusiva, intercultural e bilíngue.

A avaliação em língua portuguesa para outros grupos minoritarizados é abordada no artigo “Programa Reingresso da Universidade Federal do Paraná: avaliação em contexto de migração e refúgio”, de Bruna Pupatto Ruano e Sérgio Santos Lopes, ambos dessa universidade. Como destacam os autores, a despeito de iniciativas positivas do Brasil em relação ao fenômeno do deslocamento forçado contemporâneo, o país ainda é carente de políticas de acolhimento destinadas a essa população. Para os pesquisadores, a universidade pública brasileira deve assumir uma posição protagonista na proposição de dispositivos para o acolhimento de imigrantes e refugiados. Nesse sentido, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) tem sido pioneira em uma série de políticas apresentadas no artigo, o qual se concentra, especificamente, no Programa Reingresso, destinado ao aproveitamento de vagas remanescentes para a inserção, em cursos de graduação, de deslocados forçados que haviam iniciado o ensino superior em seus países de origem. Após a apresentação do histórico do programa, o texto confere particular atenção à avaliação de língua portuguesa no processo seletivo. Em vez de meramente verificar o desempenho em português dos candidatos, tal exame tem como objetivo central realizar um diagnóstico da proficiência dos estudantes, a fim de fornecer subsídios para o planejamento de políticas internas da UFPR, a serem implementadas durante seus futuros cursos de graduação. Além de discutirem a concepção teórica da avaliação e o formato do exame, Ruano e Lopes trazem exemplos de tarefas aplicadas. No fim do texto, argumentam em favor da necessidade de criação de modelos avaliativos próprios para o contexto de migração e refúgio, no lugar da adoção de instrumentos avaliativos já existentes, como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

Os dois textos seguintes tratam do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado em larga escala pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o intuito de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil e assegurar diversas políticas públicas. Por se tratar de um exame cujos resultados são fundamentais para tomadas de decisões em nível individual e governamental, o Enem pode ser considerado de alta relevância.

O artigo “Efeito retroativo da prova de redação do Enem nas percepções e atitudes de alunos do terceiro ano do ensino médio”, de Monica Panigassi Vicentini, da Unicamp, contribui para o preenchimento de uma lacuna de pesquisa no Brasil, onde os estudos sobre avaliação se voltam, em geral, para as análises dos efeitos retroativos no ensino e na aprendizagem, conferindo pouco espaço para as percepções, atitudes e motivações dos estudantes. Após discussão teórica do conceito de “efeito retroativo” e revisão bibliográfica de trabalhos sobre efeitos retroativos no aluno, Vicentini apresenta resultados de uma pesquisa de cunho etnográfico, realizada em uma escola privada e outra pública. Em conformidade com o que prevê a literatura mobilizada no artigo, a autora conclui que os impactos do Enem nas percepções e atitudes não foram uniformes nos alunos das duas instituições focalizadas.

No artigo “Redação do Enem: um olhar para os direitos humanos”, Wagner Barros Teixeira, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), lembra que se espera que o participante do exame seja capaz de redigir um texto dissertativo-argumentativo, no qual demonstre domínio de cinco competências, a última das quais diz respeito à elaboração de uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no tema da redação, respeitando-se os direitos humanos. Conforme a análise do autor, as quatro primeiras competências da matriz de referência do exame contribuem para a efetivação da quinta, preparando o candidato para o exercício da cidadania. A partir de um relato de experiência em escolas manauaras, Teixeira argumenta que o Enem pode promover uma importante discussão – tanto nas escolas de ensino médio quanto na sociedade brasileira de maneira mais ampla – sobre problemas sociais e direitos humanos, em harmonia com o que preveem pactos e documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Nesse sentido, a prova, conclui o autor, pode ser um importante mecanismo para a formação cidadã.

A seção Pontos de Vista se encerra com dois textos sobre avaliação de proficiência. Regina Lúcia Péret Dell’Isola, da UFMG, discute, no artigo “Os exames oficiais de proficiência em português do Brasil e de Portugal”, o desenho do Celpe-Bras e dos exames portugueses desenvolvidos pelo Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (Caple) para a avaliação de proficiência em português como língua adicional. Aspectos como os construtos, os níveis de proficiência avaliados e os formatos dos testes são apresentados, de forma a trazer à tona pontos de aproximação e distanciamento entre os seis exames de Portugal – alinhados aos níveis do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL) – e o Celpe-Bras. A autora encerra o artigo chamando a atenção para a necessidade de pesquisas que permitam estabelecer equivalências entre os níveis dos exames focalizados no texto.

Alexandre Ferreira Martins, da Université Paul Valéry – Montpellier 3, França, no texto “Fronteiras didáticas do português como língua adicional em Portugal e no Brasil: entre mudanças políticas e epistemológicas”, discute os caminhos epistemológicos percorridos pelas áreas de Português como Língua Estrangeira (PLE)/ Português como Língua Não Materna (PLNM) em Portugal e de Português como Língua Estrangeira (PLE)/Português como Língua Adicional (PLA) no Brasil.

Inicialmente, o autor descreve as principais políticas linguísticas relativas a esse domínio de estudos em Portugal, destacando seus vínculos com movimentos de imigração e emigração. No bojo dessas políticas, foram elaborados documentos orientadores do ensino de PLE/PLNM pelo Estado português, contribuindo para que se consolidasse, nesse ensino, um trabalho organizado a partir de competências e habilidades. No Brasil, por outro lado, a área de PLE/PLA se formou, conforme o autor, a partir da imbricação entre as políticas linguísticas oficiais e as pesquisas acadêmicas. Com base em um percurso histórico e epistemológico realizado a partir de alguns desses trabalhos, Martins argumenta que, na falta de documentos orientadores brasileiros para o ensino de PLE/PLA, o Celpe-Bras teve um papel crucial na operacionalização da perspectiva comunicativa na área, bem como em seu redirecionamento discursivo, em que a noção de gêneros discursivos de Bakhtin passou a ocupar um lugar central.

Intitulada Espaço Aberto, a terceira seção da revista traz uma entrevista sobre o Celpe-Bras com Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, da Unicamp, realizada por Elyso Soares Santos Junior e Leandro Rodrigues Alves Diniz. Especialista na área de avaliação e uma das autoras do exame, Scaramucci aborda o histórico do certificado, opina sobre questões controversas, discute as principais críticas ao teste e propõe ações para seu fortalecimento como instrumento de política linguística. Ainda nessa seção, encontra-se a *Carta de Curitiba ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, de 18 de fevereiro de 2018. Escrita pela Comissão Científica do IV Simpósio Internacional Celpe-Bras (Sincelpe), ocorrido na UFPR em novembro de 2017, vem acompanhada por um anexo sobre o contexto que lhe deu origem, elaborado por Francisco Calvo de Olmo, presidente da comissão organizadora do referido evento. Almejando contribuir para a gestão conjunta e democrática da língua portuguesa, a carta apresenta uma série de propostas concernentes, entre outros aspectos, ao reconhecimento oficial dos exames de proficiência portugueses no Brasil e do Celpe-Bras em Portugal, e a usos desse último exame considerados equivocados pelos signatários.

A penúltima seção da revista traz duas resenhas de livros sobre avaliação. A primeira, escrita por Juliana Roquele Schoffen, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trata do livro *Avaliação em línguas estrangeiras: da teoria à prática*, de Miriam Sester Retorta e Thaís Barbosa Marochi. Essa é, segundo Schoffen, uma das poucas publicações em língua portuguesa que apresenta os conceitos fundamentais na área de avaliação em línguas, entremeados com indicações práticas, o que pode ser de grande utilidade para a formação inicial de professores de línguas e para os cursos de atualização docente. A segunda, de Natália Moreira Tosatti (Cefet-MG/UFMG), aborda o livro *Perspectivas em avaliação no ensino e na aprendizagem de línguas: pesquisas e encaminhamentos na formação e na prática docente*, organizado por Douglas Altamiro Consolo, Sandra Regina Buttros Gattolin e Vera Lúcia Teixeira da Silva. Tosatti sintetiza os dez capítulos que compõem a coletânea, que, como destacado em seu prefácio, versa sobre efeitos retroativos, avaliação e formação docente. A autora encerra a resenha destacando algumas

lacunas na formação de PLA que a leitura da obra permite entrever e que podem ser minimizadas com processos avaliativos transformadores.

O presente número da revista em *Em Aberto* se encerra com a seção Bibliografia Comentada, em que Melissa Santos Fortes, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), e Simone Paula Kunrath, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), selecionaram publicações – incluindo artigos em periódicos, manuais, livros e teses de doutorado, redigidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros – que tematizam os conceitos de validade e confiabilidade de exames de proficiência. Trata-se de uma seleção que pode interessar a qualquer pesquisador que deseje iniciar ou aprofundar seus estudos em avaliação.

Que os textos que compõem este número da revista *Em Aberto* suscitem no(a) leitor(a) novas questões sobre a avaliação em português como primeira língua ou como língua adicional, de forma a fortalecer as pesquisas nessa área da Linguística Aplicada, contribuindo, de maneira ética e politicamente responsável, para a construção de uma sociedade mais equânime, democrática e inclusiva.

Boa leitura!

*Leandro Rodrigues Alves Diniz*  
*Elysio Soares Santos Junior*  
Organizadores